



DIREITO RELIGIOSO

Questões práticas e teóricas

THIAGO RAFAEL VIEIRA
JEAN MARQUES REGINA

Prefácios de Ives Gandra Martins e Franklin Ferreira


VIDA NOVA

3ª EDIÇÃO

Ampliada e atualizada



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Vieira, Thiago Rafael

Direito religioso : questões práticas e teóricas / Thiago Rafael
Vieira e Jean Marques Regina. -- 3. ed. ampliada e atualizada --
São Paulo : Vida Nova, 2020.
528 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-275-0977-0

1. Direito religioso 2. Direito constitucional 3. Liberdade religiosa 4. Organizações religiosas 5. Direito eclesástico 6. Direito canônico I. Título II. Regina, Jean Marques.

19-2278

CDD 344.096

Índices para catálogo sistemático

1. Direito religioso

©2020, de Edições Vida Nova

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA
Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020
vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

3.ª edição (1.ª edição Vida Nova): 2020

Proibida a reprodução por quaisquer meios,
salvo em citações breves, com indicação da fonte.

1191456

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram extraídas da Almeida Revista e Atualizada. As citações bíblicas com indicação da versão *in loco* foram extraídas da Nova Versão Internacional (NVI) e da Nova Almeida Atualizada (NAA). Todo grifo nas citações bíblicas é de responsabilidade do autor.

DIREÇÃO EXECUTIVA

Kenneth Lee Davis

GERÊNCIA EDITORIAL

Fabiano Silveira Medeiros

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Virginia Neumann

Marcia B. Medeiros

REVISÃO DE PROVAS

Marisa Lopes

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Reis Oliveira

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Davi dos Santos

CAPA

Wesley Mendonça

SUMÁRIO

| | |
|--|---------------|
| <i>Apresentação</i> | 25 |
| <i>Nota a esta edição</i> | 27 |
| <i>Nota introdutória</i> | 29 |
| <i>Prefácio com enfoque teológico</i> | 33 |
| <i>Prefácio com enfoque jurídico</i> | 37 |
| Introdução | 49 |
| CAPÍTULO 1: Temas propedêuticos no direito religioso | 55 |
| Título 1: Axiomas | 57 |
| Seção 1: O Direito religioso, canônico e eclesiástico..... | 57 |
| Seção 2: Preâmbulo constitucional e sua natureza jurídica | 69 |
| Subseção 1: Histórico | 70 |
| Subseção 2: Conceituação e força normativa | 77 |
| Subseção 3: Axiomas presentes no preâmbulo | 86 |
| Seção 3: | |
| 1. Liberdade de crença e culto | 87 |
| 2. Liberdade religiosa, dignidade da pessoa humana e vida | 94 |
| 3. Liberdade religiosa, liberdade de expressão e dignidade da pessoa humana | 97 |
| Título 2: O Estado laico | 105 |
| Seção 1: A teocracia na história: poderes religioso e temporal | 106 |

DIREITO RELIGIOSO

| | |
|--|------------|
| Subseção 1: Teocracia (pura) e teocracia cesaropapista | 108 |
| Subseção 2: A gênese da laicidade | 128 |
| Seção 2: O Estado laico colaborativo brasileiro..... | 133 |
| Subseção 1: Sistemas de organização estatal quanto à religião .. | 133 |
| Subseção 2: Separação das ordens..... | 143 |
| Subseção 3: Modelo atual brasileiro | 149 |
| Subseção 4: Conclusão sobre o modelo brasileiro de laicidade..... | 163 |
| Seção 3: Escusa (objeção) de consciência | 169 |
| Subseção 1: A lei n.º 13.796/2019 (falta às aulas por motivos religiosos ou de consciência) | 178 |
| CAPÍTULO 2: Ordenamento jurídico vigente e direito religioso | 185 |
| Título 1: A igreja no ordenamento nacional e internacional | 187 |
| Seção 1: Organização religiosa e associação civil..... | 187 |
| Seção 2: A vedação ao embarço no decreto 119-A/1890 e demais normas | 190 |
| Subseção 1: Constituição Brasileira de 1988 | 192 |
| Subseção 2: Declaração de direitos da Virgínia..... | 197 |
| Subseção 3: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão..... | 198 |
| Subseção 4: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966..... | 199 |
| Subseção 5: Convenção Americana de Direitos Humanos — Pacto de San José da Costa Rica | 200 |
| Subseção 6: Convenção Europeia de Direitos Humanos ... | 202 |
| Subseção 7: Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e de Discriminação Baseadas em Religião ou Crença | 203 |
| Título 2: Das normas protetivas nacionais..... | 209 |
| Seção 1: Estatuto dos Refugiados..... | 209 |

DIREITO RELIGIOSO

| | |
|---|-----|
| Seção 7: Escrituração Contábil Fiscal e Digital | 301 |
| Subseção 1: Escrituração Contábil Fiscal | 301 |
| Subseção 2: Escrituração Contábil Digital..... | 303 |
| Título 2: Do funcionamento interno da Organização Religiosa ... | 305 |
| Seção 1: Da admissão e demissão de membros | 305 |
| Seção 2: Responsabilidade civil da Diretoria Estatutária nas organizações religiosas | 310 |
| Seção 3: Cisão da igreja — grupo dissidente e divisão do patrimônio..... | 313 |
| Título 3: Situações cotidianas da Organização Religiosa | 315 |
| Seção 1: Usucapião | 315 |
| Subseção 1: Usucapião extraordinário | 319 |
| Subseção 2: Usucapião ordinário | 319 |
| Subseção 3: Sucessão de posses..... | 320 |
| Subseção 4: Usucapião especial urbano e rural..... | 321 |
| Subseção 5: Processo judicial de usucapião | 322 |
| Seção 2: Contratos | 323 |
| Seção 3: Dano Moral..... | 325 |
| Subseção 1: Conceito de responsabilidade civil..... | 326 |
| Subseção 2: Por que reparar? | 329 |
| Subseção 3: Os tipos de reparação | 334 |
| 1. Dano | 334 |
| 2. Dano Material..... | 335 |
| 3. Dano Moral | 338 |
| Subseção 4: Responsabilidade Subjetiva e Responsabilidade Objetiva | 344 |
| Subseção 5: Organizações religiosas e responsabilidade Civil.. | 346 |
| 1. Culto público..... | 347 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 2. O uso do púlpito | 350 |
| 3. Direito de vizinhança..... | 355 |
| 4. Admissão e recusa de membros | 358 |
| 5. Disciplina eclesiástica e exclusão de membros | 359 |
| 6. Responsabilidade dos administradores..... | 362 |
| Seção 4: Conclusão sobre Responsabilidade Civil e Dano Moral.. | 366 |
| Seção 5: A acessibilidade nos templos de qualquer culto e o decreto 10.014/2019..... | 367 |
| CAPÍTULO 4: Os líderes | 371 |
| Título 1: O ministro de confissão religiosa | 373 |
| Seção 1: O ministro de confissão religiosa na ordem econômica constitucional..... | 375 |
| Subseção 1: Do sacerdote e da inexistência de vínculo trabalhista e a CLT | 377 |
| Subseção 2 : Do fiel consagrado e o vínculo trabalhista..... | 383 |
| Seção 2: Prebenda ministerial | 386 |
| Seção 3: Direitos sociais do ministro de confissão religiosa..... | 389 |
| Seção 4: A Seguridade Social | 390 |
| Seção 5: A Previdência e o elemento religioso..... | 391 |
| Subseção 1: Contexto histórico..... | 391 |
| Subseção 2: Terminologia aplicada | 395 |
| Subseção 3: Contexto atual..... | 398 |
| 1. Inscrição e dependentes..... | 398 |
| 2. Da qualidade de segurado..... | 400 |
| 3. Das modalidades de benefícios previdenciários | 401 |
| Seção 6: A contribuição previdenciária da Organização Religiosa | 402 |
| Seção 7 Imposto de Renda Retido na Fonte — IRRF..... | 403 |
| Seção 8: Remuneração do presidente da Organização Religiosa... | 406 |

DIREITO RELIGIOSO

| | |
|--|------------|
| Seção 9: Visto temporário de entrada para ministro de confissão religiosa estrangeiro ou missionário no Brasil..... | 410 |
| Subseção 9.1: Visto temporário de entrada para ministro de confissão religiosa brasileiro em outro país | 411 |
| Seção 10: Ministro religioso e a proibição de depor | 412 |
| CAPÍTULO 5: Direito tributário e direito religioso..... | 417 |
| Título 1: Imunidade tributária religiosa | 419 |
| Seção 1: Introdução | 419 |
| 1. Regra-matriz..... | 419 |
| 2. Tributo | 420 |
| 3. A imunidade tributária..... | 423 |
| Seção 2: A imunidade tributária religiosa..... | 424 |
| 1. Finalidade essencial e ausência de normas suplementares condicionantes | 426 |
| 2. Efeitos da imunidade e diferença da isenção tributária .. | 429 |
| Subseção 1: O alcance da imunidade tributária religiosa... | 431 |
| Exemplos práticos do alcance da imunidade tributária religiosa..... | 433 |
| 1. Residência do ministro religioso..... | 433 |
| 2. A igreja como locatária..... | 433 |
| 3. A igreja como locadora | 435 |
| 4. A sede dos escritórios de representação (convenções).... | 436 |
| 5. IPVA | 437 |
| 6. ITBI..... | 438 |
| 7. ICMS..... | 440 |
| Seção 3: Diferença de imunidade e isenção tributária..... | 445 |
| Seção 4: Conclusão..... | 448 |
| Título 2: O fundamento da imunidade tributária (eclesiástica) religiosa..... | 449 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Conclusão | 463 |
| Posfácio | 467 |
| Anexos | 475 |
| Anexo 1: Legislações | 477 |
| • Resolução normativa n.º 39, de 28 de setembro de 1999 (concessão de visto para ministros religiosos) | 477 |
| • Lei n.º 6.923, de 29 de junho de 1981 (dispõe sobre o serviço de assistência religiosa nas Forças Armadas) | 480 |
| • Resolução n.º 8, de 9 de novembro de 2011 (estabelece diretrizes para a assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais) | 488 |
| Anexo 2: Modelos..... | 493 |
| • Modelo 1: Decisão colegiada em processo ético-disciplinar.... | 493 |
| • Modelo 2: Pedido de imunidade de IPVA..... | 499 |
| <i>Bibliografia</i> | 503 |
| <i>Índice onomástico</i> | 517 |